O PLURILINGUISMO NA HISTÓRIA DO BRASIL: CONSIDERAÇÕES EXPLORATÓRIAS

THE PLURILINGUALISM IN THE HISTORY OF BRAZIL: EXPLORATORY CONSIDERATIONS

Florence Carboni¹, Débora Luciene Porto², Camila Barili³, Suélen Martins Meleu⁴

RESUMO: *O presente artigo discute aspectos teóricos e metodológicos da abordagem sociolinguística do plurilinguismo enquanto fenômeno político, histórico e social, e analisa como se deu a formação sociopolítica do português brasileiro, evidenciando a situação de plurilinguismo existente no Brasil desde o século XVI até o chamado Estado Novo. Isto é feito através da defesa da ideia do monolinguismo como exceção na história mundial, e da exposição de como o plurilinguismo foi ignorado, mascarado, revelado e proibido no Brasil desde a sua colonização.*

PALAVRAS-CHAVE: Plurilinguismo; Plurilinguismo no Brasil; Unitarismo Linguístico.

ABSTRACT: *The present article discusses the theoretical and methodological aspects of the sociolinguistic approach of plurilingualism as a political, historic and social phenomenon, and it also analyses how the socio-political formation of Brazilian Portuguese happened, by emphasizing the situation of plurilingualism in Brazil since the sixteenth century until the period known as New State. This is done through the idea that the monolingualism was an exception in world history and through the exposition that shows how plurilingualism was ignored, revealed and forbidden in this county since its colonization.*

KEYWORDS: Plurilingualism; Plurilingualism In Brazil; Linguistic Unitarianism.

1 O monolinguismo como exceção

Historicamente, algumas regiões do mundo mostraram-se mais propícias que outras à circulação de populações. Uma dessas regiões era formada pelos territórios banhados pelo mar Mediterrâneo, palco, desde a Antiguidade, de intensos contatos de povos e de línguas, que deram origem a complexos fenômenos sociolinguísticos – plurilinguismo, diglossia,

¹ Doutora em Linguística pela Université Catholique de Louvain, Bélgica. Professora ajunta do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da UFRGS.

² Mestranda em Sociolinguística pela UFRGS.

³ Mestranda em Sociolinguística pela UFRGS.

⁴ Mestranda em Sociolinguística pela UFRGS.

mesclas linguísticas, etc. -, assim como à dominação de certas línguas e à discriminação e extinção de outras, ou, ao contrário, à formação de koinés e línguas francas, por exemplo. O próprio nascimento das línguas românicas foi decorrente desses fenômenos. Ou seja, foi consequência da fragmentação linguística que a crise do modo de produção escravista pequeno-mercantil, dominante no Império romano, ocasionou na România ocidental, quando se aprofundaram as diferenças entre os latins vulgares e os vários *romanços* (MAESTRI, 1986, p. 45 *et seq.*; FARACO, 2016, p. 14 *et passim*).

Na península itálica, por exemplo, até mesmo

na alta Idade Média, considerada, injustamente, um dos períodos mais obscuros da história da Península [Itálica], quando parte dela estava em mãos dos chamados bárbaros (de 476 d.n.e. a ca. 568-774) e a outra estava sob domínio dos bizantinos, manteve-se uma modesta economia de trocas (CARBONI, 2014, p. 208 - tradução nossa).

Tais trocas intensificaram-se após o século X, quando a atividade econômica voltou a crescer em toda a Europa. Sobretudo os mercadores circulavam na Península Itálica e fora dela: “ (...) levados pela necessidade de se fazer entender, tiveram certamente que se adaptar ao vulgar dos lugares em que passavam e faziam negócios e mais especificamente nas localidades onde se realizavam as grandes feiras” (MIGLIORINI, 1994, p.88, traduzimos). Segundo Marazzini (2002, p. 94-95), os mercadores do século XIII conheciam vernáculos de outras regiões da Península e, até mesmo, de outros países, onde negociavam. Era tão intensa a atividade mercantil na Península Itálica, que dela emergiu uma língua veicular, à qual o escritor e purista Ugo Foscolo, muitos anos depois, referiu-se como língua “itinerária”, “mercantil”, que, a seu ver, não corresponderia a nenhuma língua regional itálica, mas possuiria qualidades bastardas de todas elas, e que ele comparou à língua franca da época das Cruzadas, difusa nas costas do Mediterrâneo até Constantinopla (TRIFONE, 2007, p. 41).

Na área românica, tais atitudes parecem ter sido comuns entre o começo da crise do modo de produção escravista pequeno-mercantil romano, que havia garantido uma tendencial homogeneidade cultural e linguística àquela área (MAESTRI, loc. Cit.), e os séculos XVI-XVII, quando das primeiras ações destinadas a promover e legitimar apenas certas línguas. O plurilinguismo e seus fenômenos associados imperaram, portanto, antes das práticas linguísticas dos humanos serem “fechadas nos compartimentos herméticos das línguas nacionais”, nas palavras de Aslanov (2002, p.14).

Cremos, portanto, que

o plurilinguismo e os contatos de línguas, tão relevantes para a reflexão

sociolinguística (...), não são excepcionais nem marginais, mas amplamente majoritários e banais. As línguas são feitas para serem variáveis (...), os humanos têm a capacidade inata de serem plurilíngues (graças às suas capacidades cognitivas e à sua vida social) e contatos linguísticos estão operando fortemente em todo lugar, inclusive entre as “variedades” de uma mesma língua, em comunidades e em locutores que tendem ao monolinguismo. (BLANCHET, 2003, p. 284 - traduzimos).

Por ser comum em todas as sociedades, a questão do plurilinguismo é de grande complexidade e põe ao sociolinguista dificuldades de ordem teórica. Citaremos duas delas. A primeira é a categorização de fenômenos sociolinguísticos que tendem a se apresentar sob forma de contínuo. Do ponto de vista da estabilidade, por exemplo, o plurilinguismo apresenta-se num contínuo entre um polo muito instável e outro muito estável, em função de muitos fatores, sociais e languageiros. Nas suas pesquisas na África, por exemplo, Juillard (2007, p. 236) mostra que as formas e as funções das diversas línguas em contato, isto é, o caráter estável ou não do plurilinguismo, modificam-se ao ritmo das mudanças sociais, resultantes da urbanização, que, na África, cresce aceleradamente.

Em *Eppur si parlano* (2002, p. 241 *et seq.*), Carboni evidencia que muitos conceitos teóricos são de difícil aplicação no caso dos contatos linguísticos e estão longe de convir para descrever, por exemplo, as situações de plurilinguismo que caracterizaram a região de colonização italiana no Brasil no decorrer de sua história. Portanto, para os vários fenômenos ligados ao plurilinguismo, parece-nos inevitável substituir as categorias discretas (“jovem” x “velho”, “culto” x “inculto”, “urbano” x “rural”, etc.) pela noção de “contínuo”.

O segundo exemplo de dificuldade teórica com a qual se depara o sociolinguista na análise de situações de plurilinguismo são os modelos epistemológicos que ele toma como base de suas observações e descrições. O próprio modelo da *língua*-sistema proposto por Saussure é fortemente abalado quando se observam locutores plurilíngues. Esses, segundo Blanchet, parecem utilizar um único repertório linguístico

em função das situações de comunicação, realizando normalmente mesclas e alternâncias de línguas, construindo “interlínguas”, provisórias e evolutivas, no caso de aprendizes, ou mais estáveis, como acontece em variedades linguísticas específicas a certas comunidades – o “francês regional”, por exemplo. Essas interlínguas podem tornar-se “línguas verdadeiras”, como as línguas românicas nascidas em diacronia nos latinófonos plurilíngues. (BLANCHET, 2003, p. 284, 286, traduzimos).

O sociolinguista francês vai mais longe ao afirmar que

ao estar nas práticas, no meio social, nos parâmetros “externos” (i.e., não diretamente sistêmicos), estamos também na História e, portanto, é a dicotomia *diacronia* x *sincronia* que também cai por terra... e com ela o “fechamento” do

objeto *língua*, abstraído das práticas sociais através do famoso 'passe de mágica' saussuriano.” (BLANCHET, 2003, p. 286, traduzimos)

Na descrição de uma realidade social e linguageira tão complexa e variável como a dos contatos de línguas e do plurilinguismo, que, como dissemos, consideramos habituais, o sociolinguista encontra também dificuldades metodológicas. Entre elas, está a necessária interdisciplinaridade, que concerne à própria identidade da Sociolinguística, sua individuação em relação a outros domínios das ciências da linguagem. Para Blanchet (2003, p. 283, traduzimos), “por serem globalizantes e transversais, nossas pesquisas são, de fato e conscientemente, interdisciplinares”. No entanto, segundo ele, a interdisciplinaridade ainda costuma ser vista como uma “indisciplinaridade”, porque questiona os cortes epistemológicos dominantes. Portanto, de modo a evitar o risco de uma fácil explicação etnicista do plurilinguismo e conseguir apreender a complexidade de seu funcionamento, nos parece imprescindível proceder a uma análise pormenorizada dos aspectos sociais daquelas situações, recorrendo a estudos especializados, históricos e sociológicos, a observações e entrevistas de campo, a dados estatísticos, demográficos, econômicos, escolares, etc.

Nos limites impostos por essa publicação, mostraremos, nas seções seguintes, as principais diferenças entre as características das situações de plurilinguismo conhecidas no Brasil antes da abolição do tráfico negreiro internacional, em 1850, quando, além dos colonizadores portugueses e dos povos nativos, viveram no país milhões de trabalhadores escravizados africanos ou descendentes de africanos, e após a Abolição, em 1888, quando se acelerou a imigração assistida de dezenas de milhares de camponeses pobres vindos da Alemanha, Itália, Suíça, Polônia, etc., e, sobretudo após os anos 1930, quando o país tornou-se um Estado-nação. Para esse confronto, enfatizaremos aspectos decorrentes da diferença entre os modos de produção, escravista e capitalista, que caracterizaram esses períodos da história do Brasil.

2 O plurilinguismo no Brasil Colônia

Na seção intitulada “Uma visão geral do Brasil: o mito da homogeneidade”, do livro *Como falam os brasileiros* (2002, p.12), Yonne Leite e Dinah Callou defendem que um “território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com uma população hoje [em 2004] estimada em 170 milhões de habitantes [...] não poderia apresentar um quadro linguístico homogêneo”. Para as duas pesquisadoras, tal diversidade também não autoriza a se presumir, na expansão do português no Brasil, uma forma linguística única. A complexidade linguística

hoje existente no Brasil, evidentemente, já existia antes da sua chamada *descoberta*, em 1500, quando o litoral ainda era habitado por populações de línguas tupi-guaranis e de línguas isoladas. Em *Os senhores do litoral* (2013, p. 9-10), o historiador Mário Maestri precisa que

No início do século 16, os povos tupinambás (subcultura tupi-guarani) senhoreavam o privilegiado território litorâneo. Após aparecerem, há possivelmente mil anos, na desembocadura do rio Amazonas, provenientes do médio curso do grande rio, evoluíram rapidamente ao longo do litoral, em direção do sul, combatendo e expulsando com determinação povos caçadores-coletores menos aparelhados que ali se encontravam. Quando os lusitanos chegaram às costas brasílicas, os tupinambás haviam alcançado as imediações da ilha de Cananeia, no atual litoral paulista.

2.1 Tupis, jesuítas e línguas gerais

Alguns especialistas estimam que, “no alvorecer do século 16”, a população nativa que vivia naquela larga faixa costeira fosse de seiscentos mil a um milhão de pessoas (FAUSTO, 1992: p.383 *apud* MAESTRI, 2013, p. 10). Outros levantamentos, como o do IBGE (2000), falam em dois milhões. Quanto às línguas daquela população, Borges e Horta Nunes (1998, p.52, traduzimos), estimam que um pouco mais de mil línguas seriam faladas na costa brasílica no momento da chegada dos portugueses em 1500. Parece-nos mais correto propor que se tratasse, em grande parte, de variedades linguísticas e não propriamente de línguas distintas, sem prejuízo do fato de que havia, naquela imensa costa, comunidades que falavam línguas diferentes, incompreensíveis à maioria. No seu *Tratado da terra do Brasil*, Gandavo, antes de 1570, escreve que, estando ele na capitania do Espírito Santo, encontrou nativos talvez remanescentes de uma “certa nação de gentio que veio do sertão ha cinco ou seis annos” e que foi destruída por “outros índios contrarios destes”. Esses sobreviventes “chamão-se Aymorés, a lingua delles he differente dos outros indios, ninguem os entende” (GANDAVO, 1980 (1576), p. 34). No livro *Viagem à terra do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1578, Jean de Léry afirma que a “diferença das línguas, ou linguagem da terra, está entre (...) primeiramente, os *Toïioupinambaoults*, *Toupinenquins*, *Touaiaire*, *Teureuminon* e *Kario* que falam uma mesma linguagem, ou com poucas diferenças entre eles”, enquanto que os “*Karaia* têm uma outra maneira de fazer e de falar”, assim como os *Ouetaca*, diferentes na linguagem e em outras partes (LÉRY, 1972, p. 242-243, traduzimos).

José de Anchieta, autor da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, considerava que a língua por ele descrita já constituía uma *língua geral* – “*abanheenga*” –, isto é, uma *koiné*, uma língua veicular, praticada por várias comunidades tupi-guaranis do litoral (MAESTRI, 2013, p. 208-209). A hipótese de que, na história dos povos tupi-guaranis,

antes da chegada dos portugueses, existiam línguas francas, decorrentes do plurilinguismo e de processos de coineização, é confirmada, segundo a linguista Rosa (1992, p. 85, grifos da autora), pelos documentos dos séculos XVI e XVII, nos quais o termo *língua geral*, “do mesmo modo que *língua brasílica* ou apenas *língua*, é denominação que alude à língua nativa das tribos que ocupavam a quase totalidade da costa brasileira”. Na *História da província de Santa Cruz*, Gandavo (1980, p. 122-124) afirma que “A lingoa de que usam, toda pela costa, he humas: ainda que em certos vocábulos differe n'algumas partes; mas nam de maneira que se deixem huns aos outros de entender”, especificando que essa língua veicular seria de uso “até altura de vinte e sete grãos” e que “dahi por diante há outra gentilidade, de que nós nam temos tanta noticia, que falam já outra lingoa differente.”

Tal visão é coerente com as considerações apresentadas na primeira seção desse trabalho, segundo a qual o plurilinguismo tenderia a ser apanágio de sociedades pré-nacionais, como era o caso das comunidades tupi-guaranis, “assentadas em agricultura de plantação-enxertia”, com um baixo e lento desenvolvimento de suas forças produtivas materiais, sendo obrigadas a se segmentar periodicamente, à medida que a população aumentava por sobre 100 a 150 aldeões. Os tupis da costa não conheciam qualquer organização estatal, não tendo sistemas ideológicos organizados, nem uma língua única, gramatizada e associada a sentimentos identitários nacionais. Nem sequer constituíam confederações estáveis (MAESTRI, 2013, p. 56). Em Portugal, ao contrário, apenas 36 anos após a chamada descoberta do Brasil, o sacerdote Fernão de Oliveira já publicava uma *Gramática da linguagem portuguesa*, na qual defendia ter “a nossa língua vantagem, porque ela é antiga, ensinada, próspera e bem conversada, e também exercitada em bos tratos e ofícios” (OLIVEIRA, 2012 (1536), p. 53).

Os contatos linguísticos que existiam entre os povos tupi-guarani que ocupavam o litoral brasílico antes da chegada dos europeus e posterior ocupação territorial pelos lusitanos constituem um dos exemplos paradigmáticos da complexidade do estudo das situações de plurilinguismo à qual aludimos na primeira seção desse artigo. Essa dificuldade é agravada, sobretudo para o sociolinguista histórico, pelo fato da história dos povos dominados ter sido escrita pelos dominadores, os quais, entre outros, arrogaram-se o direito de nomear os povos por eles submetidos, em processo de generalização, que ignorava as particularidades e singularidades. Para os primeiros anos após a chamada descoberta, por exemplo, os documentos históricos referem-se aos comerciantes europeus que se dedicavam à obtenção do pau-brasil como *brasileiros* e aos habitantes da terra, como *brasis*, a partir do nome “brasil/brésil/brasile”, derivado de “brasa”, pelo qual a madeira tintorial era conhecida na

Europa (VARNHAGEN, 1978, p. 88 apud MAESTRI, 2013, p. 98). Nem mesmo o nome tupi *ibira pitanga* – madeira vermelha – seria lembrado. Contudo, foi a designação genérica “índio” que acabou se generalizando em toda a América, homogeneizando e reduzindo “as incômodas diversidades e individualidades das comunidades americanas” (MAESTRI, 2013, p. 12). O estudo do plurilinguismo nos primeiros anos da colonização das costas brasileiras enfrenta evidentemente muitas outras dificuldades, de ordem ideológica, históricas e linguísticas. Parece claro que somente um estudo interdisciplinar pode nos levar, além de deduções e hipóteses, a alcançar as complexas características sociais e linguísticas dos contatos de línguas nativas afins e não afins.

Durante os anos que medeiam a chegada dos primeiros portugueses às costas brasileiras e a proibição da escravização de “nativos”, decretada em 1757 por Pombal, os portugueses desembarcaram nas principais capitanias da costa do Brasil um grande número de cativos da África, levando a escravidão a tornar-se essencialmente negra já no século XVII (MAESTRI, 1994, p. 40-41). Bonvini e Petter (1998, p. 73, traduzimos) estimam, baseando-se nas regiões de origem dos cativos, que, nos mais de 300 anos de tráfico, de 200 a 300 línguas africanas tenham entrado no Brasil. Segundo Leite e Callou (2002, p.13), às “vésperas da Independência, o Brasil possuía uma população estimada de 1.347.000 brancos e 3.993.000 negros e mestiços”, cativos e libertos, com uma distribuição irregular. E a escravidão duraria ainda mais de meio século antes de ser abolida.

2.2 O plurilinguismo ignorado

Durante séculos, entraram no Brasil milhões de mulheres e homens capturados sobretudo na costa ocidental do continente africano, falando línguas pertencentes a famílias linguísticas muito diferentes entre si. Se línguas tupi-guaranis ainda são praticadas no território brasileiro, mesmo que de forma infinitamente reduzida, não se pode dizer o mesmo das línguas africanas. Examinar as causas, características e consequências dessa situação ultrapassa evidentemente os limites de espaço imposto por essa publicação. Sobretudo porque o estudo do plurilinguismo no Brasil enquanto vigorava a escravatura é de uma complexidade extrema, por envolver um número muito elevado de variantes históricas, geográficas, sociais, econômicas, ideológicas, linguísticas, sociolinguísticas, psicolinguísticas. Nos limitaremos, portanto, a considerações gerais, resultantes sobretudo de nossas pesquisas, já publicadas ou em desenvolvimento.

Para além do caráter abominável da escravidão, de um ponto de vista estritamente

sociolinguístico, as diferenças fundamentais entre a escravização dos tupis e a dos africanos decorrem do fato que os primeiros se encontravam em terras conhecidas, onde podiam se comunicar com seus companheiros de infortúnio e eventualmente com portugueses, através de suas línguas ou da língua geral, já que até mesmo portugueses adotavam comumente versões do tupi como forma de comunicação. Com a prática recorrente da fuga (GANDAVO, 1980, p. 42), os nativos poderiam eventualmente reincorporar-se à sua ou a outras comunidades aldeãs e seguir uma vida minimamente estruturada. Talvez a escravização tenha sido para os africanos mais trágica e social, mental e linguisticamente desagregadora, se é que se pode medir essas atrocidades.

A primeira consideração a ser feita em relação às práticas linguísticas dos trabalhadores escravizados é que o modo de produção escravista colonial constituiu um poderoso empecilho à sobrevivência de suas línguas maternas. É sintomático que línguas africanas não vingaram em nenhuma das nações americanas que praticaram o escravismo colonial, nem mesmo no Haiti, onde sobreviveu o crioulo, de base francesa, apenas graças à revolução dos cativos e à expulsão dos carrascos. O sistema escravista foi igualmente uma barreira para uma aprendizagem-aquisição plena do português por parte da grande maioria dos cativos, com destaque para os assenzalados. Acreditamos, no entanto, que, de um modo geral, tanto nas fazendas e em outras instalações produtivas escravistas, quanto e sobretudo nas cidades do Brasil Colônia e Império, reinou o plurilinguismo, entre línguas africanas e, sobretudo, entre essas e o português e, eventualmente, línguas veiculares tupis.

Nas senzalas plurilíngues de muitas unidades produtivas escravistas, inúmeros fenômenos linguísticos podem ter surgido: convergência e coineização entre línguas africanas afins; enfraquecimento de alguns falares e fortalecimento de outros, com o surgimento de línguas gerais; code-switching, etc. Parece também indiscutível que os cativos assenzalados tiveram que aprender português, com toda a probabilidade de modo aproximativo e passivo, no geral e tendencialmente dentro do domínio restrito da produção e de atividades específicas em que eram produtores, fazendo brotar formas languageiras que as ciências da linguagem costumam qualificar pejorativamente de crioulos. (CARBONI, 2009, p. 13)

Creemos que esses fenômenos - plurilinguismo, coineização entre línguas africanas afins, criouliização entre essas e o português, etc. – foram, em geral, demasiadamente instáveis para prosperar e perdurar através das gerações, por inúmeras razões, todas vinculadas, direta ou indiretamente, ao tipo de relações sociais permitidas pelo modo de produção escravista dominante. Entre essas razões, citaremos a quase impossibilidade de os cativos formarem famílias estáveis e completas nas quais poderiam eventualmente se perpetrar línguas crioulas; sua dificuldade em manter reais relações sociocomunicativas com seus parceiros de trabalho;

sua baixíssima esperança de vida média; o número reduzido de esferas sociais em que podiam se comunicar e, portanto, o seu domínio de gêneros discursivos pouco diversificados; a chegada constante, até 1850, de novos cativos, que não conheciam os eventuais novos códigos linguísticos mesclados concebidos no trabalho escravo, etc. Essa situação foi diferente nas cidades, sobretudo para os chamados “negros de aluguel” e de “ganho”, e, evidentemente, para os libertos, que tinham possibilidades de intervir em um maior número de esferas sociais.

As 95 instruções contidas no Diretório elaborado por Pombal em 1755, para ser aplicado no Pará e no Maranhão, mas estendido a seguir a toda a Colônia, não fazem menção às línguas ou às práticas languageiras dos trabalhadores escravizados africanos. Isto é, Pombal, esse iluminista, reformador, não parecia considerar as línguas africanas uma ameaça à unidade linguística da grande e tão *rentável* colônia americana, mesmo após mais de duzentos anos de entrada contínua de locutores africanos na região. A razão disso é que, também do ponto de vista linguístico, assim como mostra Jacob Gorender no que se refere a aspectos socioeconômicos, em *O escravismo colonial* (2010 [1979]), foi enorme a discrepância entre o papel social objetivo do cativo na formação social brasileira e as suas representações na História. Isto é, o modo de produção escravista fez do cativo um “figurante mudo” em quase todos os domínios ideológicos luso-brasileiros e brasileiros, sobretudo na representação das práticas languageiras do passado e do presente (CARBONI; MAESTRI, 2016, p. 175).

Quando, na segunda metade do século XIX, após a Independência, em clima de construção de uma identidade brasileira, alguns poucos estudiosos começaram a reconhecer o caráter mesclado da língua portuguesa falada no Brasil, atribuíram-no predominantemente ao contato do português com línguas indígenas. No primeiro dicionário brasileiro – o *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* –, publicado em 1853, segundo Horta Nunes (1998, p. 36), “a nomenclatura circunscreve os domínios das plantas, animais, tribos indígenas e, ainda, a cozinha, a construção civil, a medicina, a carpintaria”. Ou seja, “um imaginário estereotipado, que faz da natureza brasileira um lugar de prodígios”. No entanto, em meio à hegemonia dos defensores da origem essencialmente indígena dos vocábulos que eventualmente diferenciavam o português brasileiro do europeu, sobressaíram-se, sobretudo após a Abolição, alguns intelectuais que reconheceram “vozes africanas” no português brasileiro. Macedo Soares (apud FERREIRA COELHO, 2012, p. 202), autor do *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de 1888, embora reconhecesse a “supremacia das contribuições autóctonas”, afirmava que, “em regra, quando vemos no dialeto (*sic*) brasileiro palavras que não são de conhecida origem portuguesa, começando pelas sílabas mu, nga, ngo, ngu, qui, ri (fraco), jin podemos afirmar,

si et in quantum, que são africanas”.

Foi preciso, no entanto, esperar o século XX para que alguns estudiosos se dedicassem a comprovar que “quatro séculos de tráfico de enormes contingentes de escravos africanos e de intensa inserção desses indivíduos em diferentes setores da vida brasileira certamente devem ter marcado a língua” (FERREIRA COELHO, 2012, p. 211) e que as práticas languageiras, plurilíngues, mescladas, instáveis dos trabalhadores escravizados, nas quais estavam refratados seu trabalho alienado, suas crenças, seus medos, suas esperanças, etc. influenciaram não apenas as variedades populares como também a chamada norma culta do português falado no Brasil. Quanto a um suposto plurilinguismo português-línguas africanas, o que sobraria dele no século XXI se restringiria a domínios não coloquiais da linguagem, literalmente congelados por sua função simbólica, rítmica, etc., como a religião (CARBONI, 2009, p. 15).

3 O plurilinguismo no Brasil República

O período posterior à proclamação da República, em 1889, foi marcado por algumas mudanças econômicas e sociais, sobretudo nos centro-sul e sul do Brasil. A mais importante dessas mudanças foi a instauração tendencial de novas relações de trabalho, devido ao fim do modo de produção escravista, mesmo que isso tenha acontecido de forma muito desigual nas diversas regiões do país. Por outro lado, antes mesmo da proclamação da República e do fim da escravidão, o governo imperial deu início à imigração assistida de europeus, cujos objetivos eram produzir filhos para os exércitos, consolidar a posse da terra, servir de contraponto para a população escravizada, aliviar a carência de gêneros alimentícios através da formação de pequenas propriedades policultoras próximo às capitais e “branquear” a população, nem que fosse um segmento dela, lembrando que Pedro II era adepto de teorias raciais.

Os primeiros a chegar foram alemães e suíços, em 1818 e 1819, seguidos, a partir de 1824, por camponeses originários sobretudo das regiões da Baviera, Hesse, Hamburgo e Hanôver, na atual Alemanha, durante o Primeiro Reinado [1822-1831]. Foram fundadas colônias alemãs no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Essa imigração interrompeu-se em 1830, devido à abdicação de Pedro I e ao começo dos governos regenciais, expressão dos grandes proprietários que abominavam a imigração colonial. No Sul, a imigração foi retomada em 1845, após o advento de Pedro II e o fim da Guerra Farroupilha, naquele ano. A partir de 1875, chegaram dezenas de milhares de camponeses de outras regiões da Europa, com destaque para a Península Itálica. Ao entrar no Brasil, além de terras

(gratuitas antes de 1850, financiadas a juros baixos após essa data) e instrumentos de trabalho, todos os imigrantes europeus recebiam a cidadania brasileira “desde que não fossem negros, inválidos e criminosos”, e assim o desejassem (GIRON E BERGAMASCHI, 1996 *apud* CARBONI, 2002, p. 122). A presença de imigrantes europeus, seja em regiões isoladas, das quais foram expulsas populações nativas, seja nas cidades, alimentou com novas línguas o já complexo panorama plurilíngue brasileiro acima esboçado.

Ao falar do Brasil republicano, é preciso diferenciar diversos períodos. O primeiro vai da proclamação da República em 1889 aos anos 1930, ou seja, a chamada República Velha. O segundo compreende o governo instaurado após a Revolução de 30, o período presidencial de Getúlio Vargas, de 1934 a 1937, e o Estado Novo, de 1937 a 1945. E os que se seguem a partir daquela data, dos quais não nos ocuparemos aqui. Por outro lado, não se pode perder de vista que as modificações socioeconômicas e nas relações sociais durante a República Velha, ainda fortemente dominada pelo federalismo, e nos períodos imediatamente sucessivos, ainda sob a influência de particularismos regionais tendencialmente decrescentes, não tiveram uma influência decisiva sobre a situação linguística do país como um todo. Como enfatizado na primeira seção desse trabalho, consideramos que os fatores essenciais capazes de alterar de modo mais profundo as práticas languageiras da população brasileira no Brasil só apareceram, em forma mais enfática, mas, mesmo assim, tendencial, após 1930, quando houve um projeto político mais crescentemente nacionalista e antifederativo, no modelo dos Estados-nação europeus. Um projeto que promoveu a construção de um mercado nacional segundo a necessidade do capital industrial do Centro-Sul. Somente naqueles anos, a industrialização, a urbanização e as migrações internas; a expansão da rede escolar de ensino fundamental e, conseqüentemente, a diminuição dos índices de analfabetismo; o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, além de um projeto político nacional, com uma política linguística destinada a associar uma língua nacional a uma identidade nacional, ensejaram transformações no perfil sociolinguístico do país como um todo (FARACO, 2016, p. 151-152).

3.1 Um Brasil sem diferenças: o plurilinguismo mascarado

Durante a República Velha [1889-1930], o Brasil permaneceu um território fortemente plurilíngue, regionalizado, com o mundo rural dominando o mundo urbano e o latifúndio exportador mantendo-se como centro das atividades sociais e produtivas. Ainda em 1920, 70% dos habitantes do país viviam e trabalhavam no interior, em universo rural com produção

orientada sobretudo para a exportação. Em algumas regiões pouco exploradas, populações nativas de múltiplas línguas continuaram levando suas vidas com suas práticas culturais e linguageiras ancestrais. Quanto aos ex-trabalhadores escravizados, após a abolição da escravidão, muitos ex-cativos “procuravam redefinir os rumos de suas vidas. Famílias negras inteiras abandonaram fazendas, migrando para outras regiões. Não poucos negociaram permanência e relações de trabalho com antigos proprietários, garantindo salários, parcerias e roças” (GOMES, 2005, p. 90-91). Mesmo que tenham se formado *bolsões negros* nos sertões afastados, nesse período, nas principais cidades do país, os ex-cativos passaram a participar em um número tendencialmente maior de esferas sociais e domínios comunicacionais, utilizando gêneros discursivos antes não utilizados, já que, como vimos na seção anterior, antes da Abolição, os domínios comunicacionais nos quais os cativos podiam se inserir eram essencialmente ligados ao seu trabalho alienado, mais comumente restrito às unidades produtivas rurais.

Devido a essa nova forma de participação social, mesmo que de forma desigual nos diversos espaços geográficos e sociais, línguas africanas ou *crioulizantes* podem ter se fortalecido em algumas funções sociais, em forma muito limitada, mas podem também ter sido progressivamente substituídas por formas híbridas e variedades populares do português. Foi também comprovado que cativos e libertos, antes da Abolição, e, a seguir, ex-cativos, tenham tido contato com colonos imigrantes, italianos sobretudo, que, após o fim da escravidão, empregaram-se nos cafezais paulistas, em troca do direito de plantarem entre os pés de café, recebendo uma remuneração monetária e participando dos frutos da colheita final (MEDEIROS, 2004, p. 57 *et seq.*).

Mesmo após a Abolição, o modo de produção escravista deixaria profundas marcas também nas práticas culturais e no imaginário da população das várias classes e regiões do país. A ideologia racista que defendera a inferioridade natural do negro-africano, de modo a justificar seu feitoramento por mais de trezentos anos, não desapareceu após a *Libertação* dos cativos, permanecendo ao contrário dominante por muitos e muitos anos. A discriminação racial contribuiu fortemente para reduzir a população negra a uma situação de exército de reserva e de massas de trabalhadores sub-pagados e super-explorados. Os “13 de maio”, como eram chamados os ex-cativos (GOMES, 2005, p. 90-91), tiveram também sua participação nos espaços públicos restringida, tanto nos espaços de lazer quanto nos espaços políticos, o que levou muitos deles a criarem associações recreativas apenas para negros.

3.2 Um Brasil desiludido: o plurilinguismo revelado

Após a Abolição da escravatura, a produção capitalista não assumiu imediatamente a hegemonia, restringindo-se sobretudo aos principais núcleos artesanais, manufatureiros e fabris do país, muito regionalizados. Quanto à produção latifundiária, orientada para a exportação, ela também não se organizou logo em moldes capitalistas, nem mesmo na cafeicultura. Em geral, em todo o país prosseguiram diversas formas de relações sociais e de produção pré-capitalistas. A literatura registrou essa situação. Em *Os sertões*, de 1902, Euclides da Cunha retratou o movimento agrário, iniciado em 1893, mobilizado em torno do pregador Antônio Conselheiro, em um povoado próximo à fazenda Canudos, na Bahia, que se transformou em polo de atração dos miseráveis das regiões vizinhas, em geral caboclos e ex-cativos. No livro, Euclides da Cunha retrata “o interior miserável e esmagado, submetido a uma cruenta repressão militar” (CANDIDO, 2004, p. 216). Uma igual proposta, quanto ao caráter socialmente atrasado do país, na nossa opinião, fortemente elitista e racista, encontra-se também em Monteiro Lobato, que, em 1914, “traria a imagem do caipira desvitalizado e retrógrado, abandonado ao seu destino triste” (CANDIDO, 2004, p. 217), através da figura do famoso Jeca Tatu, que se fixou como o estereótipo do cidadão interiorano, no viés do homem “civilizado da cidade”. Essa estereotipação envolvia, obviamente, também os dialetos falados nas regiões rurais do Brasil, considerados “variedades baixas” do português brasileiro. Foi sobretudo Guimarães Rosa que resgatou e registrou a riqueza e expressividade dessa língua do interior mineiro, através de uma língua ficcional cheia de hibridismos.

Nas narrativas de alguns modernistas brasileiros, também de uma ótica urbana e elitista, estão presentes grupos sociais marginalizados, como índios, negros, trabalhadores. Um símbolo desta pretensa reabilitação é a obra *Macunaíma*, de Mário de Andrade, escrita em uma linguagem coloquial, que em 1928 buscou retratar o multiculturalismo e o aspecto multilíngue brasileiro. Destaque-se que, nesse livro, o *herói brasileiro* é um malandro, e não o trabalhador historicamente explorado. Cabe destacar a crítica irônica feita, na obra citada, ao uso do português padrão na escrita, na famosa *Carta pras Icamíabas* “Ora sabereis que a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa, que falam numa língua e escrevem noutra” (ANDRADE, 2016, p. 56).

3.3 Em busca da unidade nacional: o plurilinguismo proibido

No contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a incipiente indústria manufatureira brasileira conheceu um relativo desenvolvimento, impulsionada, primeiro, através do chamado processo de industrialização por substituição das importações, durante o

conflito, e, a seguir, devido à queda do poder de compra do mil-réis, devido à baixa dos preços das exportações primárias nacionais, quando da profunda crise econômica que abalou o mundo de 1929 a 1933, a industrialização foi igualmente sustida pela política de defesa da cafeicultura que também deprimia a moeda nacional, dificultando as importações. Nesse processo, a produção cafeicultora exportadora, que reinara em mestre no cenário agrícola brasileiro no século XIX até 1930, entrara em crise. Os grandes cafeicultores, sobretudo paulistas, até então hegemônicos no governo do país, perderam força política. Em 1930, eles foram questionados pela Aliança Liberal, formada por representantes de setores oligárquicos periféricos, até então não defendidos pelo governo federal – plantadores de cacau, açúcar, algodão, pecuaristas, entre outros.

A derrota eleitoral aliancista no pleito ensejou um movimento armado que instalou, em 1930, um governo discricionário, comandado por Getúlio Vargas, que pôs fim à ordem liberal-federativa instituída em 1889 [República Velha]. Em 1930, pela primeira vez na história do Brasil, a produção industrial, voltada para o mercado interno e centrada em São Paulo, Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, ultrapassou a produção rural exportadora, deprimida pela crise mundial. Getúlio Vargas, que encabeçou esse movimento, foi chefe do governo provisório, em 1930, presidente constitucional, em 1934, e ditador, de 1937 a 1945. Destacado líder positivista sul-rio-grandense, favorável à construção de uma nação autônoma e capitalista, interpretou sobretudo os interesses das classes industriais, até então sem representação política específica e impulsionou fortemente o processo de industrialização, apoiado no mercado consumidor interno e na transferência de renda do campo para a cidade. Promoveu igualmente uma grande campanha de nacionalização, visando sobretudo às regiões de colonização rurais com seus bolsões aloglotas - alemães, italianos, poloneses, etc., -, sobretudo em zonas rurais, com a promulgação de vários decretos-lei,

determinando a obrigatoriedade do ensino primário nas escolas rurais exclusivamente em português (...) e proibindo a edição, sem autorização do Conselho de Imigração e Colonização, de jornais, revistas e outras publicações em quaisquer outros idiomas que não o português (...). (FARACO, 2016, p. 156).

Nos meses e anos seguintes, outros decretos-lei seriam propostos para facilitar a adaptação “*ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros*” (FARACO, 2016, p. 156 em *itálico no texto*).

Sobre esses fatos, consideramos importante ultrapassar visões simplistas muito enraizadas no imaginário coletivo e na própria academia, no que diz respeito à suposta extinção das línguas de imigração devido exclusivamente à política de nacionalização

autoritária de Estado Novo, cujo suposto objetivo teria sido coibir o multilinguismo no Brasil. Como vimos ao longo desse estudo, para alcançar a riqueza histórico-linguística, é preciso compreender, por um lado, os complexos fenômenos sociolinguísticos geridos naquele ambiente social e, por outro, o contexto histórico em que se deram esses fatos. Por absoluta falta de espaço, diremos apenas que a maioria dos núcleos coloniais conheceram uma história pacífica de integração e miscigenação cultural e linguística progressiva e natural, como acontece na maioria dos cenários de imigração, onde sobretudo os filhos, nascidos no país hóspede ou chegados quando pequenos, são vetores de aculturação, também linguística para seus pais. No caso das populações imigradas no Brasil, entre os séculos XIX e XX, o processo só foi mais demorado, atingindo muitas vezes as terceiras e até quartas gerações, pelo relativo atraso do país, durante o Império e a República Velha, no relativo, por exemplo, à educação, às comunicações, às possibilidades de locomoção, etc. Houve portanto, na maioria das colônias rurais, uma “organização comunitária própria, considerada necessária diante da omissão do Estado, facilitando o uso cotidiano da língua materna” (SEYFERTH, 1999, p. 204) e favorecendo o plurilinguismo e a mescla linguística. Foi preciso esperar os anos 1930, com, precisamente, a campanha de nacionalização de Vargas para que escolas, gratuitas e obrigatórias, fossem instaladas nas regiões de colonização. Até então, os filhos dos colonos ou permaneciam analfabetos ou frequentavam os seminários e as escolas nas línguas de origem. (CARBONI, 2002, p. 241 *et seq.*).

É também importante lembrar que, quando da subida de Mussolini na Itália, em 1920, e Hitler na Alemanha, em 1933, certos setores – mais urbanizados principalmente – das colônias italianas e alemãs foram galvanizados pelo fervor coletivo que eles provocavam nos seus países de origem. A partir de 1923, Mussolini preconizou a “tutela” das comunidades de emigrados italianos, no mundo todo, através de milhares de técnicos, médicos, professores, arquitetos, engenheiros, etc., propagadores dos ideais fascistas fora da Itália. Através dos consulados e vice-consulados, criaram-se células fascistas, criaram-se escolas italianas e distribuíram-se livros em todas as colônias italianas do Brasil. (GIRON, 1994 *apud* CARBONI, 2002, p. 302). Segundo a historiadora caxiense Loraine Giron, de 1933 a 1941, a RCI conheceu mais promoções artísticas e culturais cuja língua-vetor era sempre o *italiano padrão* – e não mais os *dialetos* – que no decorrer de toda a sua história. Fenômenos muito parecidos aconteceram nas colônias alemãs nos anos em que Hitler subiu ao poder, quando muitos passaram a assumir uma “ideologia nacionalista” germânica, nos inúmeros jornais publicados nessa língua no próprio Brasil (SEYFERTH, 1999, p. 203). Após o torpedeamento de embarcações brasileiras por submarinos alemães e italianos e, sobretudo da promessa feita

pelo governo estadunidense de auxiliar a economia brasileira, o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália, apesar de simpatizar com seus respectivos governos. A consequência desses acontecimentos, no que diz respeito às línguas de imigração, foi o recuo das práticas plurilíngues a menos esferas comunicacionais e gêneros discursivas, com destaque para as familiares. É também importante lembrar que, sobretudo quanto à colonização ítalo-rio-grandense, ela sempre apoiou o castilhismo e a seguir o getulismo, já que a defesa do mercado interno por eles proposta facilitou a prosperidade de seus segmentos econômicos mais dinâmicos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário. *Macunaíma*. São Paulo: Projeto Livro Livre, 2016.
- ASLANOV, Cyril. Quand les langues romanes se confondent... La Romania vue d'ailleurs. *Langage et société*, nº 99, p. 9-52, 2002.
- BLANCHET, Philippe. Contacts, continuum, hétérogénéité, polynomie, organisation «chaotique», pratiques sociales, interventions ... quels modèles ? : pour une (socio)linguistique de la «complexité», *Cahiers de sociolinguistique* 2003/1 (nº 8), p. 279-308.
- BONVINI, Emilio; PETTER, Margarida Maria Taddoni. Portugais du Brésil et langues africaines. In: *Langages*. 32e année, nº130, p. 68-83, 1998.
- BORGES, Luiz Carlos; HORTA NUNES, José. La langue générale et la grammatisation des langues indiennes. In: *Langages*, nº 130, p. 52-67, 1998.
- CANDIDO, Antonio. Uma palavra instável. In.: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- CARBONI, Florence. Vozes do silêncio. *Organon*. Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, p.851 27, 2009.
- _____.; MAESTRI, Mário. Signo e luta de classes: por uma epistemologia da representação no Brasil escravista. In: FONSECA, Rodrigo O. (Org.). *A conjuração baiana e os desafios da igualdade no Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 173-215.
- _____. *Eppur si parlano*. Etude diachronique d'un cas de contact linguistique dans le Rio Grande do Sul (Brésil). 1. Ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2002. v. 1. 382p.
- _____. L'ibridismo linguistico medievale e il ruolo dei mercanti nella nascita dell'italiano. In: Carolina Pizzolo Torquato; Sergio Romanelli. (Org.). *Estudos italianistas. Ensino e aprendizagem da língua italiana no Brasil*. 1. Ed. Chapecó: Argos, 2014, v., p. 195-224.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FERREIRA COELHO, Olga. *O Português do Brasil em Macedo Soares (1838-1905)*. In Limite, nº 6, 2012, p. 199-215.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da terra do Brasil; História da província Santa Cruz. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
- GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. São Paulo: Zahar, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: 2000.
- JUILLARD, Caroline. Le plurilinguisme, objet de la sociolinguistique descriptive. *Langage et*

société 2007/3 (n° 121-122), p. 235-245.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os Brasileiros: descobrindo o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

LERY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dit Amérique*. Lausanne : Bibliothèque romande, 1972.

MAESTRI, Mário. *Breve história da escravidão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

_____. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. *Os senhores do litoral. Conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasílico*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2013 (1994).

MARAZZINI, Claudio. *La lingua italiana: profilo storico*. Bologna: Il Mulino, 2002.

MIGLIORINI, Bruno. *Storia della lingua italiana*. Milano: Bompiani, 1994.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012 (1536).

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

ROSA, Maria Carlota. Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram? PAPIA: *Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. vol. 2, n. 1, p. 85-98, 1992.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In:

TRIFONE, Pietro. *Malalingua: l'italiano scorretto da Dante a oggi*. Bologna: Il Mulino, 2007.

Recebido em: 31/03/2017. Aceito em: 04/06/2017.